



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

**Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2010.**

**Comunicação nº. 720/2010 - TJD/RJ**

**Despacho do Relator**

**Processo: 1411/2010 - Recurso Voluntário com Pedido  
de Efeito Suspensivo**

**Recorrente: BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS  
(Atleta - WESLEY CARNEIRO DE BRITO)**

**Recorrido: Decisão da 6ª Comissão Disciplinar  
Regional.**

**Despacho: EFEITO SUSPENSIVO**

1. Trata-se de Recurso Voluntário com Pedido de Efeito Suspensivo, eis que apenado o Recorrente no art. 258 do CBJD, por maioria (3x1), em quatro (4) partidas em julgamento realizado pela 6ª CDR em 12/11/2010, tendo cumprido uma automática no dia 03/11/2010 e outra no dia seguinte ao julgamento, 13/11/2010. Este é o breve relatório.
2. Com fulcro no art. 147-A do CBJD, passo a examinar o requerimento e, de plano, ressalto que todo o conjunto probatório dos autos possibilita apreciar eventual existência de prejuízo irreparável ou de difícil reparação.
3. Como de regra, o processo disciplinar desportivo segue o “procedimento sumário” e, os princípios que os regem, dentre



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

vários, são os da celeridade, oralidade e tipicidade desportiva (art. 2º, CBJD). Aliás, na espécie, ceda-se a palavra ao eminente Des. Luiz Zveiter, citado pelo não menos eminente Procurador do STJD, Dr. Paulo Marcos Schmitt, quando diz: *“Isto porque é necessário que as questões submetidas à Justiça Desportiva tenham seu desfecho dentro de curto espaço de tempo em que são realizadas as competições, sempre respeitados os princípios inerentes ao devido processo legal (art. 5º, LV, da Constituição Federal)”*.<sup>1</sup>

4. A simples devolução da matéria tratada nesses autos, com o subsequente julgamento (de impossível realização imediata, eis que o julgamento na comissão foi recente), sobretudo com o campeonato em curso (categoria de juniores do Torneio Otávio Pinto Guimarães – OPG), eventual absolvição ou redução da pena no julgamento do recurso poderá, certamente, causar prejuízo irreparável, *periculum in mora*, ao Recorrente e, assim, somente por este aspecto, o efeito suspensivo já poderá ser deferido.
5. Ressalto, igualmente, que o julgamento perante a 6ª Comissão Disciplinar Regional se deu por maioria (3 x 1), ou seja, um Auditor votou pela absolvição e três pela pena. Portanto, diante dessa inarredável circunstância, no particular, há dúvida razoável na pena aplicada, eis que foi por maioria, o que atrai, no particular, o *fumus boni juris*, conjugado com o princípio da razoabilidade (art. 2º, CBJD), frente a uma perfunctória análise, a ensejar, também por estas razões, o deferimento da suspensividade requerida.
6. Por derradeiro, cabe ser salientado que o Recorrente já cumpriu metade da pena e, assim, além dos princípios insculpidos no art. 2º do CBJD e do Estatuto do Torcedor (art. 34) que também os alberga e os reafirma, diante do princípio da razoabilidade, em respeito ao cidadão torcedor, elemento fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento do esporte nacional, a presença dos atores do espetáculo

---

<sup>1</sup> Código Brasileiro de Justiça Desportiva Comentado, Paulo Marcos Schmitt, *Quartier Latin*, SP, 2006, p. 103.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

(jogadores, técnicos, etc.), notadamente em partidas finais do aludido campeonato, não poderia ficar sem a presença de alguns em desrespeito aos próprios cidadãos torcedores, frente a uma decisão passível de revisão por órgão superior do TJD e, caso ocorra em favor do Recorrente, o que se afirma sob a ótica de juízo de caráter meramente delibatório, mas revestido de plausibilidade jurídica, impossível será reverter o *status quo ante*, eis que já estarão realizadas as partidas do campeonato em curso.

7. Diante do exposto, CONCEDO o efeito suspensivo.
8. Publique-se e cumpra-se.
9. Após, à D. Procuradoria.

**José Augusto Di Giorgio**  
**Relator**